

favorável e não geradora do processo, como esclarece um economista: "A guerra não foi a criadora desse processo; ele existe desde o século XIX; a sua ideologia nos conduz a Mauá. A guerra acelerou a sua velocidade. Em cinco anos, o país realizou um trabalho que, razoavelmente, levaria décadas para ser realizado sob condições normais. Uma revolução estrutural substituiu uma evolução estrutural, sem mudança da direção do processo".<sup>66</sup>

A velha estrutura persistia, entretanto, dominante ainda: em 1914, o Governo brasileiro negociava com os credores externos novo *Funding Loan*. O prazo era de 63 anos, a juros de 5%, mais 1% como comissão dos banqueiros. O total da operação atingia a 15.000.000 de libras esterlinas, garantida pela renda da alfândega do Rio de Janeiro e, subsidiariamente, pelas outras alfândegas, compreendendo os empréstimos de 1883, 1889, 1895, 1903, 1908, 1910, 1911 e 1913. O processo velhíssimo das emissões entrava em novo ritmo: o total da circulação passaria de 980.000 contos de réis, em 1914, a 1.700.000, em 1918. A inflação acelerava o seu ritmo; admitindo o índice 100 para os preços de 1914, ele seria de 184, em 1922, e de 269, em 1929. A produção industrial brasileira, em 1914, aproximava-se apenas, em valor, de 1.000.000 de contos de réis, mas atingia a pouco menos de 3.000.000, em 1919; triplicara, portanto; deflacionados tais valores, ainda assim assinalavam um aumento para o dobro. Os bens de consumo contribuíam, entretanto, com parcela entre 85 e 90% do total da produção industrial.

A crise de 1929, que abala a estrutura capitalista em escala mundial, funciona, no Brasil, como nova causa transitória do avanço de relações capitalistas, repetindo as condições que haviam ocorrido quando da Primeira Guerra Mundial e funcionando como eventual barreira alfandegária: a economia nacional ficava aliviada da pressão das forças econômicas externas e a acumulação interna ganha novo ritmo. Agora, entretanto, o fenômeno era semelhante apenas na forma: com a economia de exportação em crise, processava-se a transferência de investimentos da sua área para a da economia de mercado interno. Conseqüentemente, o Brasil emerge da crise antes dos países de capitalismo desenvolvido e em condições inteiramente diferentes. Entre a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929, o endividamento cresceu e assinalou a mudança configurada na substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos, como país credor. Em 1921, o Governo

<sup>66</sup> J. F. Normano: *op. cit.*, p. 149.